

Fundação de direito privado regida por normas de direito público: análise do MS 32.703/DF

 rdai.com.br/ojs/index.php/rdai/article/view/105



RDai | Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - ISSN 2526-8120 -
<https://doi.org/10.48143/rdai>

1. [Início /](#)
2. [Arquivos /](#)
3. [v. 2 n. 6 \(2018\) /](#)
4. Artigos

Foundation of private law governed by rules of public law: analysis of judgment rendered in MS (writ of mandamus) 32.703/DF

Pedro Flávio Cardoso Lucena

DOI: <https://doi.org/10.48143/rdai/o6.pfcl>

Palavras-chave: Sociedade de economia mista, Fundações privadas, Regime jurídico de direito público, Abuso das formas jurídicas, Contrafação administrativa

Resumo

O presente artigo realiza análise acerca do julgado MS 32.703/DF, que determinou a necessidade de submissão da Fundação Banco do Brasil ao regime jurídico de direito público, isso quando da realização de repasse de verbas de natureza pública a terceiros. A investigação toma como objeto o tema dos limites de incidência de normas de direito público em pessoas jurídicas de direito privado, levando em consideração, para tanto, o assunto das fundações estatais de direito privado, bem como as teses de abuso das formas jurídicas e contrafações administrativas – ambos os casos, absolutamente, meios fraudulentos de alcance de fins no sistema jurídico de direito brasileiro.

Downloads

Não há dados estatísticos.

Biografia do Autor

Pedro Flávio Cardoso Lucena

Advogado. Especialista em Direito Tributário (IBET). Mestre em Direito Administrativo (PUC-SP). Doutorando em Direito Administrativo (PUC-SP).

pedro@cardosolucenaadv.com

Referências

MARTINS, Ricardo Marcondes. Teoria das contrafações administrativas. A&C – Revista de Direito Administrativo & Constitucional, Belo Horizonte, ano 16, n. 64, abr.-jun. 2016.

MARTINS, Ricardo Marcondes. Descentralização administrativa e contrafações. Interesse Público, v.114, p.47-73.

DI PIETRO, Maria Sylvia. Introdução: do direito privado na Administração Pública. In: DI PIETRO, Maria Sylvia. Direito privado administrativo. São Paulo: Atlas, 2013.

ISSN 2526-8120

6 | RDAI

julho / setembro 2018

REVISTA DE

DIREITO ADMINISTRATIVO E INFRAESTRUTURA

Journal of Public Law and Infrastructure

Publicado

2018-09-30

Edição

v. 2 n. 6 (2018)

Seção

Artigos

##plugins.generic.recommendByAuthor.heading##

Pedro Flávio Cardoso Lucena, Levaní de Freitas Neto, O dolo específico e as formalidades pertinentes à dispensa ou à inexigibilidade de licitação: análise do julgado Inq. 3.962/DF, RDAI | Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura: v. 3 n. 8 (2019)

A submissão e a publicação de artigos são gratuitos; avaliados por pares; o periódico utiliza o CrossCheck (antiplágio) e cumpre com o Guia dos Editores da *COPE - Committee on Publication Ethics*, além das recomendações Elsevier e SciELO. Confira as Regras para a submissão e avaliação da RDAI.